

MOVIMENTOS SOCIAIS E O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA LUTA PELA EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA NO BRASIL

Galgania Cavalcante da Silva¹
Michellyne Frota de Vasconcelos²
Eliomar Araújo de Sousa³
Daniele Kelly Lima de Oliveira⁴

INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado trata-se de um estudo bibliográfico da origem dos movimentos sociais, a luta reivindicativa da classe trabalhadora pela sua emancipação ao longo da história do capitalismo, sob uma ótica marxiana. Portanto, tem por objetivos fazer uma breve análise, sobretudo acerca do movimento sindical e estudantil, que serviram de base para a consolidação do regime democrático no Brasil, no período pós ditadura militar, de modo a refletir sobre sua relevância para a educação.

Não se objetiva um estudo exaustivo acerca do tema, mas pretende-se oferecer uma perspectiva panorâmica histórica do sindicalismo e do movimento estudantil brasileiro. Assim sendo, considera-se de suma importância a compreensão dos acontecimentos supracitados, para valorizar as conquistas presentes.

METODOLOGIA

O estudo é de cunho bibliográfico, que de acordo com Gil (2011) “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.” (GIL, 2011, p. 50).

A proposta deste estudo partiu como pré-requisito para avaliação da disciplina Educação, Cidadania e Movimentos Sociais, no curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú, em Sobral/CE. Essa temática e os debates realizados em sala de aula propiciaram uma visita ao passado, a fim de compreender de forma mais aprofundada alguns acontecimentos presentes. Para tanto, foram analisados os estudos de pesquisadores como Gonh (2000), Montañó e Durigetto (2011), Antunes (2007) que propiciaram uma densa reflexão.

¹ Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA, E-mail: galgania.ped@gmail.com

² Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade estadual Vale do Acaraú -UVA, E-mail: Michellynefrota@hotmail.com

³ Pós- Graduando em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade de Quixeramobim. Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), pesquisador do grupo de pesquisas e estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade (GPEEMPODERAR/CNPQ)/UVA, membro dos grupos de estudos Gramsci e a formação do educador, e do Grupo de Estudos Lutas Universitárias, Trabalho e Educação (GELUTE). E-mail: elio2015@hotmail.com

⁴ Professora Adjunta da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), doutora em Educação Brasileira pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (PPGEB/UFC). Coordenadora do grupo de pesquisas e estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade (GPEEMPODERAR/CNPQ). Coordenadora dos grupos de estudos Gramsci e a formação do educador (UVA), e do Grupo de Estudos Lutas Universitárias, Trabalho e Educação (GELUTE/UVA). E-mail: dankel28@yahoo.com.br

Na primeira parte desse trabalho busca-se situar o princípio dos movimentos sociais num contexto mundial e como o sindicalismo contribuiu para abertura de participação social ao longo dos anos. Na segunda parte abordaremos a formação sindical no Brasil e o surgimento de alguns partidos que fomentaram as lutas e reivindicações em favor da classe trabalhadora. A terceira parte discorre sobre a gênese do movimento estudantil e seus desdobramentos até os dias atuais.

DESENVOLVIMENTO

Os movimentos sociais, especificamente o sindicalismo, tiveram como ponto de partida a Revolução Industrial e a consolidação do capitalismo na Europa em meados do século XVII. A época foi marcada pelas péssimas condições de vida e trabalho nas quais estavam submetidas boa parte dos trabalhadores europeus. Nesse momento há uma enorme polarização nas relações sociais, a sociedade estava dividida em duas grandes classes: a burguesia e o proletariado, ficando perceptível o antagonismo entre elas. A fim de confrontar os empregadores, trabalhadores passam a se organizar questionando a situação vigente. Os primeiros sinais da união entre os operários aparecem em ações violentas com a quebra de máquinas fabris como forma de resistência às diversas formas de exploração e intensificação das demissões, movimento conhecido como ludismo.

As *trades-unions* foram as primeiras organizações sindicais equivalentes aos atuais sindicatos, que passaram a negociar melhores condições de trabalho. Nesse âmbito de reivindicações surge de maneira mais organizada o movimento Cartista que exigia a participação política do operariado defendendo a criação de leis pela classe. Em 1838 os cartistas ofereceram ao parlamento britânico uma petição conhecida como “Carta do Povo” documento que apresentava as principais propostas cartistas.

Tendo como pano de fundo as intensas revoluções da segunda metade do século XIX o Manifesto do Partido Comunista é redigido por Marx e Engels para orientar a ação dos trabalhadores e conclamar um caráter de universalidade no projeto comunista a fim de unirem em um só movimento revolucionário, conscientizando a classe operária de suas condições sociais e históricas tendo como base o modo de produção capitalista, opressor do proletariado.

A Comuna de Paris de 1871 foi um levante popular, que representa um momento decisivo da história da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), sendo a primeira organização que pretendeu reunir diversas correntes do movimento operário do mundo industrializado. Inicialmente contou com a liderança de Karl Marx. Após a entrada dos anarquistas de Mikhail Bakunin houve o início de uma divisão dentro da AIT, tornando intensas essas divergências resultando na expulsão dos bakuninistas até a AIT ser extinta.

Influenciados pelas experiências europeias, a história da formação dos sindicatos no Brasil inicia-se a partir de fins do século XIX. Os pensamentos anarquistas foram decisivos nas concepções políticas e ideológicas e nos modos de organização dos trabalhadores. Impulsionados pela ausência de direitos mínimos houve as primeiras tentativas de construção de uma central sindical, como as Sociedades de Auxílio Mútuo e de Socorro, que objetivaram auxiliar materialmente os operários em períodos mais difíceis. A Confederação Operária Brasileira sendo a consolidação dos interesses defendidos.

Com a crise econômica do pós-primeira guerra os sindicatos sofreram forte repressão estatal, com prisões, expulsão dos estrangeiros e até fuzilamento. O ponto alto da herança comunista e de sua presença no movimento sindical foi a criação do PCB - Partido Comunista Brasileiro, ainda que durante meses foi considerado ilegal após sua fundação. Como estudo e

divulgação do marxismo e lenismo destaca-se a primeira tradução do Manifesto Comunista e o jornal a Classe operária.

Por certo tempo, o sindicalismo no Brasil era ditado por trabalhadores ou de grupos com perfil político-ideológico mais definido, como os partidos políticos. De forma geral, essas iniciativas eram tomadas pelos trabalhadores em sua heterogeneidade, concebido por uma inspiração autônoma. Essa dinâmica muda com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930, quando o presidente passa a submeter os sindicatos ao controle do Estado, assim o Ministério do Trabalho surge estabelecendo uma série de normas. O governo Vargas foi responsável por uma série de medidas relacionadas à vida dos trabalhadores.

Ainda assim, o período do getulismo foi marcado por intensas greves de trabalhadores e pela crescente luta sindical. Nos anos 40, o movimento volta a ganhar forças, mesmo em meio a restritivas leis impostas por Vargas, que continuaram vigentes mesmo após o fim do Estado Novo. Mas é durante os anos 1960 que a luta sindical atinge seu ápice, com imensas manifestações grevistas e a realização do III Congresso Sindical Nacional, quando foi criado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). No campo as lutas também se intensificam com a criação das ligas camponesas, onde aos poucos cresciam os sindicatos rurais.

Durante o golpe militar o sindicalismo passou a ser controlado pelos aparelhos militares, fazendo uma espécie de filtro ideológico vetando qualquer um que tivesse suspeita de vínculo contra o regime. Após 1965 o movimento perde força, não havendo mais função política nem reivindicatória.

A jornada de luta nos anos de 1970 inseriu o movimento operário no cenário político, econômico e social brasileiro, levando a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao Partido dos Trabalhadores (PT) que passaram a organizar diversas greves gerais nos anos 1980 e desempenharam importante papel em movimentos políticos como o da Diretas já. A CUT nasce para ser uma entidade que verdadeiramente representasse os trabalhadores, propondo ser um espaço de organizações autônoma, alegando ser um novo sindicalismo uma nova forma de pensar nos movimentos.

Nesse contexto de lutas sociais o Maio Francês foi o movimento revolucionário de estudantes e trabalhadores que tomou as ruas parisiense com protestos exigindo uma renovação do sistema burocrático das universidades francesas. Este levante foi um marco na inserção do movimento estudantil como peça fundamental de grandes mobilizações, nas quais estudantes e trabalhadores se uniram e promoveram uma greve geral que parou a França, abrindo caminho para o surgimento de bandeiras político-culturais como o feminismo e a luta do movimento negro. Nesse momento, assiste-se o aparecimento dos chamados Novos Movimentos Sociais na França e conseqüentemente na América Latina.

De acordo com Gohn (2000) os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico construídos por atores coletivos de diferentes classes e camadas sociais. Essas ações geram uma série de inovações nas esferas públicas e privadas que contribuem para o desenvolvimento e transformação da sociedade civil e política.

No âmbito da educação os reformadores Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, dentre outras deram início as lutas, a partir daí vários movimentos sociais ocorreram na década de 1930, entre os quais o Movimento dos Pioneiros da educação em 1931. O golpe militar reprimiu vários conflitos sociais, mas entre 1961 e 1964 greves no país eclodem e alguns setores dos movimentos, como da educação e cultura somam forças na luta por um projeto de desenvolvimento nacional autônomo, surgindo então a UNE - União Nacional dos Estudantes que aliada a outros grupos conseguiram diversas reivindicações, dentre elas, as Diretas já. Depois de avanços e retrocessos nas lutas dos trabalhadores e nos movimentos de resistência às reformas da constituição nacional, o ano de 2000 inaugura o retorno dos movimentos sociais, agora sob novas perspectivas de reivindicações, dentre elas destaca-se as greves dos professores, e mudanças nas outras áreas de ensino.

No Brasil, o movimento estudantil inicia-se na década de 30, mas é a partir dos anos 60 que as lutas alcançam maior efervescência, remetendo à uma participação de gestão nas universidades. Após o período ditatorial o país aponta para a redemocratização, em sintonia com outros movimentos os estudantes pintam os rostos, os “caras pintadas” entram em cena pelo Estado democrático e o *impeachment* do presidente Collor. Contudo a partir dos anos 2000 as lutas do ME ascendem novamente, agora já no contexto neoliberal, as ações são devidas as contradições advindas da crise econômica do capitalismo e as privatizações do novo governo. Como se vê esses são momentos históricos que asseveram os anseios da classe trabalhadora e a constatação de uma linha de defesa em favor da democracia e participação direta fortalecendo o controle social entre governantes e governados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos sociais surgem da iniciativa de trabalhadores que foram submetidos a um sistema de produção acumulativo, tendo sua motivação nas inúmeras injustiças sociais. A organização dos trabalhadores em partidos foi a estratégia para o desenvolvimento da consciência e luta de classes, ampliação das liberdades e o acesso à democracia, com um caráter de mediação política e educativa.

As mobilizações sindicais ao longo da história tiveram um papel fundamental na articulação entre Estado e a sociedade civil na luta pelos direitos, ganhando destaque no Brasil durante o regime militar, através da união dos estudantes com outras mobilizações. As repressões causaram intensas ressonâncias como forma de resistência aos regimes opressores, revelando o poder de organizações das massas.

Conclui-se que as mobilizações funcionam como respostas a estímulos externos, nas quais obteve-se ganhos tanto na área sindical quanto na educacional. Portanto, o educador deve promover e fomentar o conhecimento dessas importâncias marcas na história que trouxeram benefícios presentes.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Movimento estudantil. Educação. Democracia.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. RIDENTI, Marcelo. **A ditadura de 1968 no Brasil**. Mediações v. 12, n. 2, p. 78-89, Jul/Dez. 2007.

FREIRE, de Moraes Solene. **Movimento Estudantil no Brasil: Lutas passadas desafios presentes**. Rhela. Vol. 11. Ano 2008, pp. 131-146.

GOHN, Maria da Glória. **500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor**. Rev. Mediações, Londrina, v.5, n.1, p.11-40, jan/jun.2000.

MONTAÑO, Carlos. DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.